

Moção relativa aos valores praticados no segundo e terceiro ciclo de ensino superior

Atualmente, e fruto de políticas que o incentivam, a realidade do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa é marcada por um segundo ciclo de estudos de Ensino Superior dos mais caros em Portugal.

Esta realidade, extremamente prejudicial para os estudantes que pretendem continuar os seus estudos ingressando no segundo ciclo, surge da não fixação dum tecto máximo para a propina de mestrado, ao contrário do que vemos acontecer com as licenciaturas, o qual se encontra fixo em 871,52€.

A falta de financiamento do ensino superior e a sua constante mercantilização, apoiada e impulsionada pelo RJIES e pela procura de obtenção de lucro culminam, no caso específico dos 56 mestrados do ISCTE-IUL, numa média de 3000€ de propina anual e numa média de 5700€ nos casos de pós-graduações e masters. Esta realidade é reveladora da gradual e condenável elitização do ensino superior que exclui destes ciclos de ensino uma grande parte dos jovens portugueses, permitindo aos poucos com essa capacidade uma educação privilegiada.

Sendo a AEISCTE-IUL uma estrutura representativa da comunidade estudantil e que diz trabalhar na defesa dos direitos dos alunos que representa, é essencial que o mostre e o faça.

O artigo 5º alínea b dos estatutos da AEISCTE-IUL afirma que um dos seus objetivos é “Participar, em todas questões de interesse estudantil, nomeadamente em matéria política educativa, sectorial ou geral, estabelecendo a ligação da escola à realidade cultural, social, económica e política do País”. Assim, sendo a AEISCTE-IUL uma estrutura representativa da comunidade estudantil e que diz agir na defesa dos direitos dos alunos que representa está na altura de o provar.

Considerando obviamente isto como uma questão de interesse estudantil, venho por este meio propor o compromisso da AEISCTE-IUL na medida em que:

- a) Perante a Reitoria, o Conselho de Curadores, os órgãos de governo e do conselho geral, bem como em todos os meios que lhes seja possível, tomem uma posição de defesa do direito dos estudantes em relação aos valores praticados nos diversos ciclos de Ensino Superior da Fundação ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.
- b) Uma posição perante toda a comunidade estudantil e toda a instituição ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa favorável e reivindicativa da existência de um tecto máximo no valor das propinas em todos os ciclos de Ensino Superior, que valorize os estudantes e não o lucro, seguida de alterações ao nível da lei do financiamento, que garantam que as instituições não estejam dependentes da existência de propinas para o seu funcionamento regular, bem como acabar com qualquer barreira económica no acesso à educação.

João Pereira